
FORMAÇÃO CONTINUADA: UMA RESPOSTA AO RACISMO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Ana Paula de Araujo Gomes Carvalho¹

anapcarvalho2006@yahoo.com.br

anagcarvalho2009@gmail.com

ana.carvalho@uniabeu.edu.br

RESUMO

A lei 10639/03 chegou em um momento de transformações políticas no Brasil e no município de Nova Iguaçu (RJ - Baixada Fluminense). Pois com a entrada do PT na prefeitura deste município várias políticas foram implementadas para a promoção da igualdade e da erradicação do racismo, entre as medidas foram oferecidas formações continuadas. O Objetivo da minha pesquisa é responder as seguintes questões: Com essas ações, o número de manifestações racistas diminuiu? As crianças afrobrasileiras em idade escolar passaram a se identificar com o negros e mestiços, conseguem ver figuras positivas na escola? A erradicação do racismo nas escolas é real? A equidade já se manifesta em maior escala nas escolas? Apresento também as possibilidades da confecção de materiais que auxiliam na educação para a igualdade racial nas escolas do Município de Nova Iguaçu.

PALAVRAS-CHAVE: FORMAÇÃO DOCENTE – ESCOLA – EDUCAÇÃO ÉTNICORRACIAL

ABSTRACT

10639/03 The law came at a time of political change in Brazil and the municipality of Nova Iguaçu (RJ - Fluminense). For the entry hall of the PT in this municipality were implemented various policies to promote equality and eradicate racism, including measures were offered continuing education. The goal of my research is to answer the following questions: With these actions, the decreased number of racist? The Afro-Brazilian school-age children began to identify with the black and colored, they can see positive figures in school? The eradication of racism in schools is real? The equity is already manifest on a larger scale in schools? It also presents the possibility of making materials that assist in education for racial equality in schools in the city of Nova Iguaçu.

KEYWORDS: TRAINING TEACHERS - SCHOOL EDUCATION ÉTNICORRACIAL

“A ação educativa deve ser uma “ação cultural” que leve à libertação de todos os educadores e educadoras, de todos os educandos e educandas, de todos os meninos e de todas as meninas, de todos os negros e de todos os “não-negros” ... libertação de todas as formas de preconceito e discriminação que impedem, a todos de “ser mais”.

(Santos, 2001)

¹ Uniabeu – Campus II – Nilópolis/RJ – Professora Assistente Especialista em História da África. Professora Docente das Redes Públicas do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Nova Iguaçu



O ano de 2003, foi um marco para o início efetivo da luta institucionalizada contra o racismo e toda a forma de discriminação que ocorriam e ainda ocorrem na sociedade brasileira. Na realidade foi o momento do reconhecimento (um tanto quanto forçado pela sociedade civil e pelo movimento negro), por parte do governo brasileiro da necessidade de uma legislação específica sobre a educação etnicorracial.

Essa legislação foi direcionada à educação na promulgação da Lei 10639/2003² e depois alterada pela Lei 11645/2008³. A partir dessa legislação as escolas públicas e privadas de todo o território nacional deveriam incluir em seu currículo a história da África e do negro no Brasil nas áreas de conhecimento em História, Literatura e Educação Artística.

No que se refere ao município de Nova Iguaçu, as ações afirmativas⁴ tiveram seu início com o primeiro mandato do Prefeito Lindberg Farias (PT), foram oferecidos cursos de formação para os professores da rede municipal para que estes estivessem aptos a trabalhar com a temática da História da África e também do preconceito e discriminação em todas as suas manifestações.

O primeiro curso oferecido foi “Gênero e Diversidade na Escola”, esta formação ocorreu em parceria com a Coordenadoria de mulheres do município de Nova Iguaçu e a Secretaria de Educação, foi ministrado pelo CLAM/IMS/UERJ no ano de 2006. Esta formação tinha como objetivo fornecer elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela escola. A expectativa desse curso aos profissionais era o de adquirirem, no cotidiano da sala de aula, instrumentos para refletir e lidar com as atitudes e comportamentos que envolvam relações de gênero, étnico-raciais e questões sobre sexualidade.

² Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

³ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

⁴ Ação Afirmativa é um conjunto de políticas que compreendem que, na prática, as pessoas não são tratadas igualmente e, conseqüentemente, não possuem as mesmas oportunidades, o que impede o acesso destas a locais de produção de conhecimento e de negociação de poder.

O Curso seguinte, ou melhor, a formação continuada oferecida foi organizada pela Secretaria de Educação do município no ano de 2007. Este projeto chamado “A Cor da Cultura”, tinha o objetivo da apresentação e utilização de materiais midiáticos em uma série de programas que foram veiculados pelo Canal Futura em parceria com a Rede Globo e a SEPPIR⁵ que teriam a sua utilização veiculada nas escolas da rede de Nova Iguaçu, as escolas participantes foram em número de 35 e de cada uma delas foram escolhidos 2 (dois) professores para multiplicar e aplicar o material da formação para professores e alunos. (Anexo – 1)

E por último, mas não como o fim do projeto de cursos de capacitação (assim espero), da Prefeitura de Nova Iguaçu o I Curso de História Afro brasileira que contou com a participação de 200 professores das redes municipal e estadual de Nova Iguaçu. Este curso teve como objetivo a complementação e confecção de materiais didáticos para serem aplicados nas escolas do município e principalmente sinalizar para o fato de que o ensino de história da África e do negro no Brasil é possível, que existe variada bibliografia sobre o tema e que já se faz tarde a apresentação do negro como livre e não como escravizado. Do negro como ator de processos políticos e econômicos. E principalmente do negro com visibilidade. (Anexo – 2)

Algumas respostas práticas já obtivemos por conta dessas formações: Workshop de Educação da Metropolitana I, Apresentação de trabalhos no Fórum Mundial de Educação em Nova Iguaçu e O Projeto A África está em nós”, realizado no Ciep Brizolão 358 – Alberto Pasqualini.(Anexo – 3). Mas não são suficientes estes projetos, precisamos indagar do professor a sua resposta quanto à modificação sofrida por ele para poder encarar o racismo na escola.

A princípio recolhi citações de professores participantes das formações, mas ao longo dessas narrativas recolhidas percebi a necessidade de uma pesquisa mais sistemática, criei um questionário fechado para quantificar as indagações que foram se avolumando em minha pesquisa, que está longe de estar concluída. (Anexo – 4)

⁵ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

A partir da narrativa dessas formações municipais, identificamos um grupo de professores que continua a acreditar que o racismo é apenas uma construção para originar uma divisão na sociedade no que se refere ao lugar do(a) negro(a) e do(a) branco(a). Podemos identificar nesse grupo o que é chamado pela professora Eliane Cavalleiro, de “ritual pedagógico do silêncio”⁶, ou seja, eles preferem não tomar partido ou não se envolver nas questões de preconceito e discriminação que possam ocorrer no ambiente escolar. Para estes docentes os cursos de formação continuada são perda de tempo e história da África seria uma “matéria” a mais na grade curricular das escolas.

Acreditamos que o racismo tem que ser eliminado, a diversidade não deve ser tratada como exotismo, superioridade ou inferioridade, mas como escreve Munanga(2005)⁷, uma atitude responsável por parte do professor ou professora:

“Mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade, e também ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada”.

Partindo dessa premissa meu objetivo é analisar o possível resultado dessas formações no ambiente escolar no que se refere ao cotidiano de professores. E procurar responder as seguintes questões: Com essas ações, o número de manifestações racistas diminuiu? As crianças afrobrasileiras em idade escolar passaram a se identificar com negros e mestiços, conseguem ver figuras positivas na escola e fora dela? Quais foram as ações concretas realizadas pelos docentes para a tentativa da erradicação do racismo nas escolas do município de Nova Iguaçu? Existe resistência dos docentes na realização das ações?

É dever da escola estar preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e alunas compreender as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construir sua própria opinião nesse debate. A educação não é doutrinação, mas deve estar aberta a toda e qualquer discussão. É

⁶ Do silêncio do lar ao silêncio escolar :racismo e preconceito na educação infantil.

⁷ Superando o racismo na escola

justamente ai que vai entrar o professor ou professora, se ele ou ela não estão preparados para falar sobre assuntos ligados a raça, etnia, gênero ou discriminação de qualquer tipo muitas vezes é melhor mascará-las ou dizer que essas questões não existem na escola. Mas como mascarar essas questões, se uma criança é chamada de “macaca”, um menino de “mariquinha”, um adolescente de “paraíba”. Qual é o papel exercido pela escola e pelo educador?

Como é apresentado nos PCNs, a escola é um espaço para a construção de identidade, não só do(a) aluno(a), mas também e principalmente dos professores e das professoras: “Todas as vivências no espaço escolar são educativas e concorrem para os processos de constituição da identidade dos alunos.”⁸

A escola é um espaço em que a grosso modo, as crianças iniciam o seu processo de socialização e da construção da sua identidade em quanto pessoa, pois o contato com o outro, que não faz parte sua família nuclear, que possui uma formação diferente da sua, vai contribuir positiva ou negativamente para a base de sua conduta como indivíduo que participa de um determinado grupo social. Segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), são pontos comuns de toda comunidade escolar “desenvolver a autonomia moral e intelectual, a interação e a cooperação, estar atenta à diversidade e disponibilizar a aprendizagem”. A escola é espaço para a construção de identidade, mas como construir uma identidade positiva e sólida, se a prática docente é discriminatória e racista? O que fazer para modificar essa prática?

É claro que nesse relacionamento que vai ser criado está como árbitro o professor, que será responsável por administrar essas novas relações e elucidar os possíveis conflitos que apareçam. Mas será que o professor está apto para contornar e eliminar as condutas racistas que se desenvolvem no ambiente escolar?

Pois partindo do pressuposto que todos os alunos são iguais e devem receber o mesmo tipo de educação na escola, é extremamente marcante quando o aluno não se reconhece, desenvolve um sentimento de não pertencimento, ele sabe que em sua família

⁸ Parâmetros Curriculares Nacionais

todos são vistos e tratados como iguais e possuem características semelhantes e ao chegar ao ambiente escolar que é tido como um ambiente democrático e igualitário ele é segregado e sofre discriminação. Como descreve a professora Eliane Cavalleiro, é na escola, com o contato com outras crianças e diversas formas de criação (me refiro a criação familiar e no contato com o outro), que nos deparamos com as primeiras manifestações de não-pertencimento, pois algumas crianças da escola trazem de casa o racismo que foi “ensinado” por seus responsáveis. Para a autora, “o racismo é um problema que está presente no cotidiano escolar, que fere e marca, profundamente, crianças e adolescentes negros” (CAVALLEIRO,p.34: 2005).

Essas marcas acompanham por muitas vezes as crianças a vida inteira e formam adultos temerosos de ocuparem seu lugar na sociedade. Na escola se inicia o processo de invisibilidade pelo qual a criança negra passa esse processo se inicia com o silenciamento dessa criança, que passa a acreditar que ela não tem direito de falar, porque os escravos africanos que vieram para o Brasil não tinham esse direito, que só quem é inteligente é o branco, porque quem era responsável por manter a ordem entre os negros era o branco, que sabia organizar, administrar e o negro só servia para atividades braçais. Hoje o negro ocupa áreas muito específicas da sociedade em que ele não necessita ser “bom nos estudos” (jogador de futebol, cantor de pagode, trabalhadores informais, etc.). E esse juízo de valores muitas vezes é reproduzido, sem querer pelos professores em sua prática docente. Estes não conseguem resgatar o orgulho de ser negro, o resgate de suas raízes que nunca foi de conformismo e sim de luta e com isso resgatar a auto-estima dessas crianças que ao olharem no espelho só enxergam exemplos e figuras brancas. O mito da democracia racial nos apresenta a igualdade perante a Lei, mas na realidade a população negra é inferiorizada e muitas vezes recebe a culpa por todos os problemas e discriminações que sofrem como nos apresenta Santos (2001, p.99):

“(..) o ser negro está atrelado a um lugar imposto: o lugar do inferior, de Menos inteligente, de menos capaz, de violento de tribal.O mito da Democracia racial que afirma que ‘todos são iguais perante a lei’, mas Trata desigualmente, faz com que as desigualdades socioeconômicas sofridas

pela população negra sejam vistas como de sua inteira responsabilidade, bastando se esforçar para conseguir ‘chegar lá’.

A Escola é de vital importância para a erradicação do racismo ela deve ser o espaço de democracia e igualdade em que todos tenham o mesmo tratamento e as mesmas oportunidades. Hoje, a tônica de vários artigos e livros traz o seguinte questionamento: a escola discrimina ou simplesmente não promove a igualdade? A definição para ESCOLA no dicionário Aurélio (Júnior), é “estabelecimento público ou privado onde se ministra ensino **coletivo**⁹”. Que ensino coletivo é esse? Um coletivo que separa? Que trata de forma diferente? Segundo Menezes, a escola deve passar/ensinar valores, que valores são esses que discriminam e separam os alunos? (...) é possível observar a utilização de meios pedagógicos como forma de transmissão do saber, por meio dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e **valores**¹⁰. (MENEZES,p.9:2002)

Nem sempre, contudo, a linguagem que atinge os alunos negros é verbal. Variados são os comportamentos sociais que transmitem valores preconceituosos e discriminatórios sobre a raça negra – formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras”. Mas o fato é que, seja qual for o formato do preconceito e da discriminação raciais, o aluno negro sofre agudamente, ao ponto de o preconceito e a discriminação raciais poderem levá-lo, “até mesmo, à reprovação”, tamanhos são os danos psicológicos e emocionais causados à criança e ao jovem negro (CAVALLEIRO, 2003, pp. 81-99).

Nesse sentido, há um estudo do Inep, órgão do Ministério da Educação, que é ilustrativo do impacto negativo da discriminação sobre o desempenho escolar. Analisando dados do Saeb 2003, o Inep verificou que alunos de 4ª série do ensino fundamental que sofrem rejeição¹¹ por parte de colegas ou professores revelam um desempenho acadêmico 22,86% menor do que o dos que não sofrem esse problema.

⁹ Grifo meu

¹⁰ Grifo meu

¹¹ É necessário ser ressaltado, entretanto, que a “rejeição” a que se refere o estudo não é de natureza exclusivamente racial. No questionário do Saeb 2003 não houve nenhuma pergunta que tratou exclusivamente de preconceito e discriminação raciais, não sendo possível assim a obtenção de associações estatísticas diretas entre esses fenômenos e a proficiência escolar. Todavia esse estudo apresenta o alto poder deletério que as práticas discriminatórias, sendo a racial um exemplo delas, possuem sobre o desempenho escolar.

Tem-se, portanto, que um vetor de políticas antidiscriminatórias e de reconhecimento da humanidade dos negros na escola, contribuiria para retirar a questão do racismo da esfera de invisibilidade na qual se encontra atualmente e promoveria uma desnaturalização dos tratamentos dispensados aos indivíduos negros no ambiente escolar. Caberia também difundir para o plano do grande público os diversos efeitos no nível subjetivo e social da relação entre raça e desempenho escolar.

Constatando o problema racial na escola, como tratá-lo? Que posição governo, escola e professores irão tomar? Como esses questionamentos são deveras abrangentes me restringirei ao espaço docente, a formação continuada no que se refere ao conteúdo específico de História da África.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o ambiente escolar é fundamental para a construção de uma imagem positiva ou negativa que a criança ou o (a) jovem negro (a) aprende a ter de si mesma. Se ocorrer uma formação docente de qualidade e com responsabilidade todos serão beneficiados e teremos condições de iniciar a desconstrução do racismo e do preconceito e o fortalecimento da equidade e do respeito a todos que estão na escola e na sociedade.

Utilizarei como base para a pesquisa: entrevistas, preenchimento de questionários (professores), registros fotográficos, PPP das escolas visitadas, livros didáticos escolhidos para utilização dos alunos.

Esta pesquisa já está em curso, os professores já receberam o questionário e iniciarei a coleta de dados para então iniciar a coleta dos PPP das escolas e a escolha de livros didáticos e quais critérios os professores levaram em conta para sua escolha. Os registros fotográficos serão coletados junto aos professores que desenvolveram projetos ligados à História da África e Educação Étnicorracial ao longo do ano de 2011.

REFERÊNCIAS



ARAUJO, Carlos Henrique e ARAUJO, Ubiratan Castro. **Desigualdade Racial e desempenho escolar**. 2003. INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em: WWW.inep.gov.br/imprensa/artigos/araujo_ubiratan_imp.htm. Acesso em: 08/06/06.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANEAU, Vera Maria.(ORG.) **Reinventar a escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CANEN, Ana. Formação de professores: diálogo das diferenças. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 17, p. 477-94, out.-nov. 1997.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (ORG.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: DF, outubro de 2005. p. 31 a 33.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Identidades e Corporeidades Negras: Reflexões sobre uma experiência de formação de professores(as) para a diversidade étnico-racial. **Coleção Cultura Negra e Identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Organização: Liv Sovik. Tradução: Adelaine L. G. Resende, Ana C. Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger, e Sayonara Amaral. 1ª. Reimpressão revista. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

HERINGER, Rosana. **Ação afirmativa, estratégias pós-Durban**. Observatório da Cidadania, p.55-61, 2002.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.



MENEZES, Waléria. **O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola**. 2002. Disponível em: [HTTP://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html](http://www.fundaj.gov.br/tpd/147.html). Acesso em: 08/06/06.

NASCIMENTO, Alexandre. **Ação afirmativa da luta do movimento social negro as políticas concretas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

OLIVEIRA, Iolanda.(ORG.) **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Por que estudar a história da África?** Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA

PRUDENTE, Wilson. **Política de Reparação**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

SCHWARTZ, Lília K.M. **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA Jr, Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALHEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Sumus, 2001. p.65-82.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

VALENTIM, Rute M. e BACKES, José L. **A lei 10.639/03 e a educação étnico-cultural /racial: Reflexões sobre novos sentidos na escola**. s/a. Disponível em: http://www.neppi.org/anais/textos/pdf/lei_10639.pdf. Acesso em: 10/03/09.

Recebido: 06/10/2011

Aprovado: 18/10/2011